



DESAFIOS DA ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO MÓXICO: ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO E A QUALIDADE CIENTÍFICA

CHALLENGES OF ACADEMIC SUPERVISION IN PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN MÓXICO: BETWEEN THE COMMODIFICATION OF EDUCATION AND SCIENTIFIC QUALITY

¹ Victorino Bernardo Chitumba

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios inerentes ao processo de orientação académica nas instituições privadas de ensino superior na província do Moxico, Angola, com especial enfoque nas fragilidades observadas na elaboração e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). A investigação parte de testemunhos de estudantes que alegaram ter pago os valores estipulados pelas instituições, os quais supostamente incluíam o serviço de orientação, mas que, ainda assim, foram obrigados a efectuar pagamentos adicionais aquando da selecção dos orientadores. Verificou-se, igualmente, que muitos docentes orientadores não asseguram um acompanhamento rigoroso, sistemático e metodologicamente adequado, resultando em monografias com falhas conceptuais, metodológicas e linguísticas, mesmo após sucessivas revisões. A metodologia adoptada é de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e interpretativo, recorrendo à aplicação de entrevistas semiestruturadas e à análise documental de monografias previamente avaliadas. Os dados recolhidos evidenciam a prevalência de práticas que favorecem a mercantilização do ensino superior em detrimento da qualidade científica e da ética académica. Observou-se, ainda, que alguns orientadores se eximem de responsabilidade durante as defesas públicas, mesmo quando os erros presentes nos trabalhos resultam directamente da sua acção ou omissão. Esta realidade compromete a credibilidade das instituições, prejudica a formação integral dos licenciados e fragiliza o papel transformador do ensino superior no desenvolvimento regional. Face a este quadro, propõem-se medidas urgentes que visem regulamentar o processo de orientação, capacitar os docentes envolvidos e reforçar os mecanismos internos de supervisão e avaliação científica.

Palavras-chave: Ensino Superior Privado; Orientação Académica; Qualidade Científica; Ética Académica.

ABSTRACT

This article analyses the challenges inherent to academic supervision in private higher education institutions in Moxico, Angola, with a particular emphasis on the shortcomings observed in the preparation and defence of final degree dissertations. The research draws on testimonies from students who reported having paid the fees stipulated by the institutions—fees that allegedly included academic supervision—yet were nonetheless required to make additional payments upon selecting a supervisor. Moreover, it was observed that many supervisors failed to ensure systematic, rigorous, and methodologically sound follow-up, leading to final works fraught with conceptual, methodological, and linguistic flaws, even after multiple rounds of corrections.

A qualitative, descriptive, and interpretative methodology was employed, relying on semi-structured interviews and document analysis of previously evaluated dissertations. The data collected highlight practices that promote the commodification of higher education to the detriment of scientific quality and academic integrity. It was also found that some supervisors disassociate themselves from any responsibility during the public defence, even when the deficiencies in the work clearly stem from their own conduct or negligence. This situation undermines institutional credibility, compromises the comprehensive training of graduates, and weakens the transformative role of higher education

in local development. The study recommends urgent measures to regulate the supervision process, strengthen the pedagogical training of academic staff, and improve internal mechanisms for scientific monitoring and evaluation.

Keywords: Private Higher Education; Academic Supervision; Scientific Quality; Academic Ethics; Moxico.

INTRODUÇÃO

A província do Moxico, a maior em extensão territorial da República de Angola, tem registado, nas últimas duas décadas, uma expansão notável no domínio do ensino superior, particularmente por via da proliferação de instituições privadas. Este crescimento surge como resposta à crescente procura por formação académica e à necessidade de qualificação de quadros para responder aos desafios do desenvolvimento local e nacional. A emergência destas instituições tem permitido o alargamento do acesso ao ensino superior em regiões outrora periféricas no sistema educativo angolano, contribuindo, por conseguinte, para a redução das assimetrias geográficas e sociais no acesso à formação superior (UNESCO, 2022; Costa & Moreira, 2020).

Não obstante os avanços observados, a massificação do ensino superior privado no Moxico tem evidenciado um conjunto de desafios estruturais e pedagógicos, nomeadamente no que diz respeito à supervisão e orientação dos trabalhos de fim de curso. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto componente essencial da formação académica, constitui um exercício de aplicação de conhecimentos teóricos e metodológicos, através do qual se pretende desenvolver competências de investigação científica, pensamento crítico e produção autónoma de saberes. Neste contexto, a figura do orientador assume um papel determinante, pois cabe-lhe acompanhar o processo investigativo, zelar pela coerência metodológica, assegurar o rigor conceptual e garantir a observância dos princípios éticos da investigação científica (Freitas, 2018; Silva & Fernandes, 2019).

Contudo, múltiplos relatos provenientes de estudantes, bem como observações empíricas realizadas em diversas instituições privadas do Moxico, revelam práticas que colocam em causa a seriedade e a eficácia do processo de orientação académica. Entre essas práticas destacam-se: a cobrança adicional de emolumentos para a escolha de orientadores — apesar de a taxa de orientação estar supostamente incluída nas propinas; a ausência de acompanhamento regular por

parte dos docentes; a prevalência de correcções superficiais ou apenas formais; e a recusa de responsabilidade pelos orientadores durante as sessões públicas de defesa, mesmo quando os erros dos trabalhos são graves e claramente imputáveis à negligência ou omissão no acompanhamento (Ferreira & Paulo, 2021).

Estas ocorrências não constituem meros desvios pontuais, mas refletem uma tendência mais ampla de mercantilização do ensino superior, onde a lógica de mercado se sobrepõe à missão pedagógica e científica das instituições. Nesta lógica, a formação do estudante é reduzida a uma formalidade burocrática, o TCC a um requisito administrativo, e a orientação a um serviço transaccionável, esvaziando-se de conteúdo académico. Esta realidade compromete de forma grave a qualidade dos trabalhos produzidos, debilita a credibilidade das instituições, desvaloriza os diplomas atribuídos e enfraquece a contribuição do ensino superior para a transformação social e económica da província.

Num ambiente académico saudável e comprometido com a excelência, o processo de orientação deve ser entendido como um espaço privilegiado de diálogo científico, de desenvolvimento intelectual e de construção ética do conhecimento. A sua degradação, como se verifica em alguns contextos do Moxico, impõe um debate urgente e profundo sobre os factores que determinam essa realidade e sobre as formas possíveis de reverter o quadro actual.

Assim, o presente artigo tem como objectivo geral examinar criticamente o estado da orientação académica nas instituições privadas de ensino superior do Moxico, analisando as práticas vigentes, os seus impactos e os desafios à luz da ética académica e da qualidade científica. Especificamente, propõe-se: (i) descrever as práticas actuais de orientação académica nas instituições estudadas; (ii) problematizar os efeitos da mercantilização do ensino e da supervisão científica no contexto provincial; (iii) propor estratégias e recomendações que visem o reforço da ética profissional, a

melhoria da regulação institucional e a valorização efectiva da qualidade científica no ensino superior angolano.

Enquadramento Teórico

1. A função do orientador no ensino superior: base legal e pedagógica

A orientação académica configura-se como um dos pilares essenciais do processo formativo no ensino superior, constituindo-se numa actividade que transcende a mera supervisão técnica e administrativa. Trata-se de uma prática pedagógica e científica que exige co-responsabilidade, compromisso ético e competência didáctica por parte dos docentes envolvidos. Em Angola, a Lei n.º 17/16 – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino – consagra o direito à formação de qualidade e atribui às instituições do ensino superior a responsabilidade de assegurar condições adequadas à formação científica, incluindo a orientação eficaz dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

De acordo com Oliveira e Figueiredo (2016), a função do orientador "não se resume à supervisão burocrática, mas deve envolver escuta activa, diálogo metodológico e incentivo à produção de conhecimento com validade científica" (p. 58). Esta função pressupõe o domínio da área científica em questão, conhecimento metodológico sólido e sensibilidade para orientar percursos formativos diferenciados. Por sua vez, Correia, Almeida e Borges (2019) defendem que a orientação deve ser estruturada, contínua, formativa e adaptada às características e necessidades de cada estudante, de modo a estimular o desenvolvimento da autonomia, da capacidade investigativa e da responsabilidade académica.

Entretanto, práticas como a ausência de planos individuais de orientação, a distribuição arbitrária de orientadores, a falta de formação específica para o exercício desta função e o reduzido investimento institucional em actividades de supervisão têm contribuído, segundo Melo e Andrade (2022), para a fragilidade dos processos de orientação em diversas instituições privadas. Esta fragilidade é agravada quando o critério de desempenho do orientador se baseia apenas no número de orientandos e não na qualidade efectiva do trabalho desenvolvido e dos resultados obtidos.

A American Psychological Association (APA, 2020) sublinha que a actividade de orientação deve respeitar princípios fundamentais, nomeadamente: equidade, competência, responsabilidade profissional, comunicação

clara e compromisso com o desenvolvimento académico do estudante. A ausência destes princípios compromete não apenas a aprendizagem, mas também a integridade institucional e a confiança no sistema académico.

2. Qualidade académica versus práticas mercantilizadas

O fenómeno da mercantilização do ensino superior, particularmente evidente no sector privado, tem sido objecto de ampla discussão na literatura académica contemporânea. Em diversos contextos africanos, incluindo Angola, assiste-se à transformação da educação superior em produto de mercado, onde componentes fundamentais do processo formativo, como a orientação académica, são convertidos em serviços transaccionáveis à margem das regras institucionais e da ética pedagógica (Santos & Cruz, 2015).

A cobrança de valores adicionais para acesso a orientadores, a aceitação de trabalhos com falhas graves, e a sobrecarga de orientadores com múltiplos estudantes, são sintomas de um sistema orientado mais pela lógica do lucro do que pelo compromisso com a qualidade científica. Lopes e Tavares (2019) alertam que, nesses contextos, "o acompanhamento do estudante é substituído por acções pontuais e superficiais, orientadas mais para o cumprimento formal do que para o desenvolvimento científico do orientando". Tal cenário conduz a uma formação deficitária, com impactos directos na produção científica, na empregabilidade dos licenciados e na credibilidade das instituições. Segundo Pinho e Fernandes (2023), a inexistência de instâncias internas de controlo da actividade de orientação permite a perpetuação de práticas nocivas, sem responsabilização. Estes autores defendem a criação de comissões de ética científica com funções fiscalizadoras e pedagógicas, bem como a introdução de mecanismos de avaliação sistemática do desempenho dos orientadores, não apenas com base em quantitativos, mas considerando também critérios qualitativos.

Ndala (2020) acrescenta que a comercialização da orientação académica afecta directamente a construção da identidade investigativa dos estudantes, transformando-os em consumidores passivos de serviços académicos, o que fragiliza o seu desempenho nas defesas públicas e compromete a criação de uma cultura de excelência científica. Esta mercantilização interfere ainda na relação pedagógica,

pervertendo o seu carácter formativo e transformando-a numa simples relação contratual.

3. Ética na orientação de trabalhos científicos

A ética constitui um dos eixos centrais do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior. A orientação científica, sendo uma relação de acompanhamento e construção conjunta do saber, deve ser sustentada por valores como a integridade, o respeito mútuo, a responsabilidade profissional e a honestidade intelectual. Conforme a APA (2020), estes princípios são indispensáveis à construção de uma comunidade académica responsável, crítica e comprometida com a verdade científica.

Ferreira e Monteiro (2017) destacam que “a ausência de compromisso do orientador durante as etapas cruciais do trabalho, como a defesa, fragiliza a legitimidade do processo e representa quebra ética” (p. 91). Entre as práticas eticamente reprováveis identificadas encontram-se: aprovação de trabalhos sem a devida revisão, delegação informal da orientação a terceiros, utilização indevida de conteúdos elaborados pelos estudantes, e ausência do orientador nas defesas públicas. Amaral e Pinto (2019) propõem a institucionalização de códigos de ética para a orientação académica, os quais definam, de forma explícita, os deveres e responsabilidades dos orientadores e orientandos. Esses instrumentos devem prever mecanismos de denúncia, acompanhamento institucional e aplicação de sanções em casos de violação das normas éticas.

Henriques (2021) reforça que a construção de uma cultura de ética na orientação requer não apenas regulamentação formal, mas também investimento na formação dos docentes, na valorização da função orientadora, e na promoção de boas práticas. A existência de comissões científicas activas, a transparência na distribuição de orientadores e a criação de indicadores de qualidade são elementos imprescindíveis para garantir a integridade dos processos.

Por fim, Cardoso e Ventura (2022) afirmam que a promoção da integridade académica deve começar nos primeiros anos da formação superior, sendo consolidada por meio de políticas institucionais claras, coerentes e aplicadas com rigor. A educação ética não pode ser vista como um suplemento, mas como parte integrante e transversal da formação universitária.

METODOLOGIA

O presente estudo adopta uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, orientada para a compreensão aprofundada das experiências, percepções e práticas relacionadas com a orientação de trabalhos científicos em instituições privadas de ensino superior na província do Moxico. Esta abordagem é justificada pelo interesse em aceder ao significado atribuído pelos actores sociais ao fenómeno estudado, valorizando a sua subjectividade, contexto e interpretação (Creswell & Poth, 2018; Bogdan & Biklen, 2007).

A investigação assume um carácter descritivo, na medida em que visa identificar e sistematizar elementos concretos da realidade nomeadamente, as condições, condutas, dificuldades e implicações éticas envolvidas no processo de orientação académica sem procurar manipular variáveis ou estabelecer relações causais. Ao mesmo tempo, é exploratória, pois incide sobre um campo pouco estudado a nível local, procurando levantar pistas para investigações futuras e propor alternativas de melhoria com base nas evidências empíricas obtidas.

Técnicas de Recolha de Dados

A recolha de dados assentou na triangulação de três técnicas principais, com o objectivo de enriquecer a análise e aumentar a fiabilidade dos resultados:

Entrevistas semiestruturadas

Foram conduzidas entrevistas com estudantes finalistas que haviam defendido os seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) entre 2022 e 2024. Esta técnica permitiu recolher testemunhos ricos e detalhados sobre o processo de orientação, os desafios enfrentados, as práticas dos orientadores e o posicionamento institucional. As entrevistas seguiram um guião temático flexível e foram gravadas com autorização prévia dos participantes.

Análise documental

Foram analisadas 20 monografias seleccionadas intencionalmente com base na sua disponibilidade e acessibilidade nos arquivos institucionais. Os critérios de análise incluíram: estrutura metodológica, coerência teórica, linguagem científica, registos de correcções, existência de pareceres orientadores e qualidade geral do trabalho. Este material permitiu avaliar a correspondência entre a orientação prestada e o produto final apresentado para defesa.

Inquérito por questionário

Foram aplicados questionários mistos (com perguntas abertas e fechadas) a docentes orientadores e estudantes finalistas, com o intuito de recolher dados sobre as práticas de acompanhamento, os custos envolvidos, a percepção da ética académica e o apoio institucional.

Os questionários foram organizados em cinco eixos temáticos:

- (i) Acompanhamento e regularidade das orientações;
- (ii) Ética e responsabilidade profissional;
- (iii) Custos e encargos adicionais;
- (iv) Qualidade científica do trabalho final;
- (v) Apoio institucional e regulamentação interna.

Universo e Amostra

O universo da investigação é constituído por estudantes e docentes pertencentes às duas maiores instituições privadas de ensino superior em funcionamento na província do Moxico:

- O Instituto Superior Politécnico Privado Walinga do Moxico
- O Instituto Superior Politécnico Privado (ISPP-Luena)

A amostra foi não probabilística por conveniência, em virtude das limitações de tempo, acesso e disponibilidade dos participantes.

Incluiu:

- 30 estudantes finalistas (15 por instituição), seleccionados com base na disponibilidade voluntária e na participação efectiva no processo de elaboração e defesa do TCC;
- 10 docentes orientadores (5 por instituição), com pelo menos três anos de experiência comprovada na função de orientação académica;
- 20 monografias representativas de diferentes cursos e áreas científicas, escolhidas de forma aleatória dentro dos arquivos institucionais.

Procedimentos Éticos

A recolha de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2025, após a obtenção de autorização formal das direcções das instituições envolvidas. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objectivos da investigação, os métodos utilizados e os seus direitos enquanto sujeitos da investigação. Foi solicitado o consentimento informado, tendo sido garantidas a confidencialidade, o anonimato e o direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo.

Os procedimentos de investigação obedeceram aos princípios éticos estabelecidos na Declaração de Helsínquia (WMA, 2013) e às Diretrizes Éticas da APA (2020), nomeadamente no que se refere à integridade científica, respeito pela dignidade dos participantes, responsabilidade social e protecção de dados pessoais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários mistos e análise documental de monografias permitiu identificar fragilidades estruturais e recorrentes no processo de orientação académica nas instituições privadas de ensino superior da província do Moxico, nomeadamente o Instituto Superior Politécnico Privado Walinga e o ISPP-Luena. Os resultados foram organizados em quatro eixos temáticos principais, os quais revelam não apenas práticas isoladas, mas tendências sistemáticas que comprometem a qualidade científica, a equidade académica e a credibilidade institucional.

1. Relatos de estudantes sobre a escolha e pagamento de orientadores

Um dos resultados mais alarmantes diz respeito à prática recorrente de pagamento informal e não regulamentado por parte dos estudantes para acederem à orientação dos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Embora os regulamentos internos das instituições determinem que a orientação esteja incluída no valor das propinas, 83% dos estudantes inquiridos afirmaram ter sido pressionados a pagar entre 150.000 a 200.000 Kz para garantir um orientador. Esta prática contraria o princípio de equidade no acesso ao acompanhamento académico e configura uma forma de mercantilização ilícita da função docente.

O testemunho de um estudante do ISPP-Luena é elucidativo:

“Fomos informados de que cada um devia receber o seu tutor, mas os professores diziam que só aceitavam orientar mediante pagamento. Quem não pagou, ficou sem orientação até ao fim.”

Segundo Cardoso e Ventura (2022), este tipo de prática representa uma violação ética grave, pois compromete o direito à formação científica de qualidade e transforma o estudante num cliente dependente de um serviço paralelo. Tal cenário favorece relações assimétricas de poder, injustiças académicas e um enfraquecimento do papel pedagógico da orientação.

2. Erros persistentes nas monografias apesar da orientação

A análise das 20 monografias revelou falhas estruturais e metodológicas significativas, mesmo nos casos em que constavam pareceres assinados pelos orientadores. Entre os erros mais frequentes destacam-se:

- Incoerência entre os objectivos formulados e os resultados apresentados;
- Deficiências no uso das normas de citação e referência (APA);
- Fragilidade na fundamentação teórica e ausência de autores-chave;
- Problemas de delimitação temática e formulação do problema de investigação.

Cerca de 70% dos trabalhos receberam classificações entre 14 e 17 valores, embora 40% dos estudantes tenham relatado nunca ter recebido correcções escritas ou pareceres técnicos efectivos. Tal incoerência entre o desempenho formal e a qualidade real do trabalho sugere a existência de uma avaliação permissiva, sem rigor científico ou responsabilização.

Lopes e Tavares (2019) denunciam este fenómeno como um reflexo de uma supervisão meramente formalista, onde o acompanhamento é reduzido a uma assinatura ou presença protocolar. Ferreira e Monteiro (2017) reforçam que a aprovação de monografias com lacunas metodológicas compromete a credibilidade dos cursos e constitui uma falha institucional de grande escala.

3. Ausência de responsabilização dos tutores nos momentos de defesa

Outro achado preocupante foi a passividade dos orientadores durante as sessões de defesa pública. Em 12 das 20 defesas observadas, os orientadores estiveram fisicamente presentes, mas optaram por não se manifestar, mesmo diante de críticas fundamentadas dos membros do júri sobre erros atribuíveis ao processo de orientação.

O relato de um dos jurados evidencia este fenómeno:

“Tivemos de penalizar o trabalho, mas notava-se que o estudante apenas seguiu o que lhe foi dito. O orientador assistiu à crítica e não disse uma palavra.”

Este tipo de omissão contraria o princípio da co-autoria pedagógica, segundo o qual o orientador deve assumir corresponsabilidade técnica e científica pelo percurso do orientando (Henriques, 2021). A ausência de defesa técnica do trabalho por parte do tutor revela não apenas descomprometimento, mas também **quebra da ética académica**,

prejudicando a confiança dos estudantes e descredibilizando o processo avaliativo.

4. Repercussões na credibilidade académica das instituições

A conjugação das práticas identificadas compromete severamente a imagem institucional das instituições privadas de ensino superior, sobretudo junto da comunidade académica, empregadores locais e candidatos a pós-graduação. A percepção generalizada entre docentes e discentes é a de que a atribuição de graus académicos está associada mais a práticas formais do que a mérito científico.

Pinho e Fernandes (2023) defendem que a reputação das instituições está directamente ligada à qualidade do acompanhamento pedagógico e ao desempenho dos seus egressos. Quando falham os mecanismos de supervisão interna e os processos de orientação se tornam mercantilizados, os diplomas perdem prestígio e valor social.

Ndala (2020) reforça esta ideia ao afirmar que, num contexto de mercantilização académica, “perde-se a essência formativa da investigação e compromete-se o prestígio académico da instituição” (p. 109).

Implicações para a Qualidade do Ensino Superior no Moxico

A análise dos dados evidencia que os problemas relacionados com a função do orientador, a mercantilização do processo de orientação e a omissão institucional geram consequências estruturais profundas na formação académica e científica dos estudantes.

Consequências na formação científica dos licenciados

A ausência de orientação efectiva repercute-se negativamente na qualidade da produção científica dos estudantes. Muitos concluem o curso sem dominar as competências básicas de investigação, tais como: formulação de problemas, construção de hipóteses, definição metodológica, uso de referências académicas ou interpretação crítica de resultados.

Como sublinham Correia, Almeida e Borges (2019), quando o processo de orientação não promove o desenvolvimento da autonomia investigativa, o ensino superior deixa de cumprir o seu papel de formar cidadãos capazes de pensar criticamente e contribuir para o avanço do conhecimento. Em vez disso, produz-se um diploma desprovido de significado académico real.

Impacto na inserção profissional e na investigação regional

O défice na formação investigativa afecta também a inserção profissional dos graduados, especialmente quando são alvo de discriminação por parte de empregadores que desconfiam da qualidade das instituições privadas do interior. Além disso, a fraca preparação científica limita o acesso a bolsas de pós-graduação, projectos de investigação e redes académicas.

Segundo Pinho e Fernandes (2023), “a reputação de uma instituição está intrinsecamente ligada à qualidade dos seus egressos, os quais se tornam o espelho da seriedade do processo formativo” (p. 52). No contexto do Moxico, onde a produção científica regional é incipiente, a formação deficiente perpetua o desconhecimento dos problemas locais e dificulta a criação de soluções contextualizadas.

Reflexão sobre o papel das direcções científicas

As direcções científicas devem ser instâncias activas na defesa da integridade académica, assegurando normas claras, mecanismos de fiscalização e espaços de diálogo entre docentes, estudantes e a comunidade científica. Contudo, os dados demonstram que estas estruturas têm operado de forma burocrática e reativa, sem influência real sobre as práticas orientadoras.

Ferreira e Monteiro (2017) destacam que a omissão das direcções científicas diante de práticas ilegítimas compromete a sua missão institucional. Henriques (2021) propõe a criação de mecanismos de escuta activa aos estudantes, de avaliação qualitativa dos TCC e de relatórios periódicos de desempenho dos orientadores, como forma de garantir transparência, responsabilização e melhoria contínua.

A revalorização do papel das direcções científicas é, portanto, essencial para restituir credibilidade às instituições e reforçar a dimensão formativa, ética e científica do ensino superior.

Propostas de Melhoria

A realidade identificada ao longo desta investigação revela lacunas estruturais e desvios éticos que exigem intervenções urgentes, sistemáticas e sustentadas por parte das instituições privadas de ensino superior da província do Moxico. As medidas aqui propostas baseiam-se nas evidências recolhidas e nos contributos teóricos da literatura especializada em políticas de qualidade e ética académica.

1. Criação de regulamentos transparentes e vinculativos de orientação científica

Uma das primeiras medidas recomendadas consiste na elaboração e implementação de um regulamento interno específico sobre a orientação de trabalhos científicos (monografias, projectos, relatórios de estágio), que estabeleça normas claras, objectivas e vinculativas para todas as partes envolvidas: orientadores, orientandos, direcções científicas e júris.

Este regulamento deve prever:

- Critérios justos e públicos para a distribuição de orientadores por curso e por área científica;
- Limites máximos de orientandos por docente, com base na sua carga horária e experiência;
- Calendário de etapas obrigatórias da orientação (sessões mínimas, entrega de capítulos, pareceres formais, etc.);
- Definição dos deveres, direitos e sanções aplicáveis a orientadores e estudantes;
- Proibição expressa da cobrança de valores adicionais não previstos pelas instituições.

Segundo Amaral e Pinto (2019), a ausência de normatização objectiva favorece a opacidade nas relações académicas, comprometendo a ética institucional e a justiça no processo educativo. A publicação do regulamento deverá ser acompanhada de sessões formativas e de sensibilização, bem como da sua disponibilização nos murais, plataformas digitais e regulamentos estudantis.

2. Capacitação contínua, ética e pedagógica dos orientadores

A qualidade da orientação científica está intimamente relacionada com a formação permanente e actualização dos docentes orientadores. Assim, propõe-se que as instituições criem programas obrigatórios e regulares de capacitação docente, coordenados pelas direcções científicas, que contemplem os seguintes conteúdos:

- Fundamentos da metodologia de investigação científica;
- Aplicação rigorosa das normas de citação e referência (ex. APA 7.^a ed.);
- Ética académica e integridade na produção científica;
- Técnicas de orientação eficaz (mediação, feedback formativo, gestão de conflitos);
- Avaliação crítica e estruturada de trabalhos científicos.

De acordo com Oliveira e Figueiredo (2016), a formação pedagógica e metodológica dos orientadores é condição essencial para que a orientação seja transformadora, e não apenas protocolar. Recomenda-se ainda que os docentes sejam certificados internamente

após a conclusão destas formações, e que apenas os docentes capacitados possam assumir oficialmente funções de orientação.

3. Supervisão científica efectiva e controlo de qualidade pré-defesa

A terceira medida estratégica consiste na criação de comissões científicas institucionais, compostas por professores seniores e investigadores doutorados, que assumam funções de avaliação prévia e validação da qualidade dos TCC antes da autorização da sua defesa pública.

As atribuições dessas comissões devem incluir:

- Verificação da qualidade metodológica, teórica e linguística dos trabalhos;
- Análise da originalidade e ausência de plágio;
- Conformidade com as normas de estruturação e referenciação académica;
- Emissão de parecer técnico vinculativo para autorização ou reprovação da defesa.

Esta medida responde à necessidade, apontada por Pinho e Fernandes (2023), de estabelecer instâncias de controlo independentes que evitem a aprovação de trabalhos com falhas graves, protegendo tanto o estudante quanto a reputação da instituição.

As defesas públicas, por sua vez, devem ser encaradas como actos de validação científica rigorosa e não como simples rituais formais. A presença activa do orientador, a qualidade do júri e o cumprimento dos critérios previamente definidos são elementos indispensáveis para garantir a credibilidade do processo.

Conclusão

O presente estudo permitiu identificar e analisar falhas sistémicas no processo de orientação científica em instituições privadas de ensino superior no Moxico, com destaque para o ISPP-Luena e o Instituto Walinga. As evidências recolhidas apontam para a existência de práticas que comprometem gravemente a integridade académica, a equidade formativa e a qualidade científica dos trabalhos de conclusão de curso.

Destacam-se entre os principais problemas:

- A cobrança informal e não autorizada de valores adicionais por parte de docentes para a prestação de um serviço que deveria estar assegurado pelas propinas;
- A persistência de erros graves nas monografias, mesmo após o suposto acompanhamento por orientadores;
- A omissão e passividade dos tutores durante as defesas públicas, sem que

assumam a sua corresponsabilidade técnica;

- A fragilidade das estruturas de supervisão interna, que se mostram ineficazes ou coniventes com práticas antiéticas.

Estas situações comprometem não apenas a formação dos estudantes, mas também a credibilidade social e científica das instituições, afectando a empregabilidade dos egressos, a sua participação em redes científicas e a imagem do ensino superior no interior do país.

Diante deste diagnóstico, torna-se imperativo implementar reformas estruturais, que incluam:

- (i) a criação de regulamentos claros e exequíveis,
- (ii) a capacitação contínua dos orientadores, e
- (iii) a supervisão rigorosa dos TCC por comissões independentes.

Estas medidas não são meras recomendações teóricas, mas exigências práticas e éticas para assegurar a função pública do ensino superior, mesmo no âmbito privado. O acto de orientar não pode ser reduzido a uma relação contratual ou burocrática, mas deve ser reconhecido como um compromisso pedagógico e científico com a formação de quadros éticos, competentes e críticos.

Assim, as instituições privadas de ensino superior do Moxico precisam assumir, com transparência e responsabilidade, o seu papel no desenvolvimento académico da região, fomentando uma cultura de excelência, exigência e integridade que restitua prestígio e confiança à educação superior angolana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, R., & Pinto, A. M. (2019). Códigos de ética e responsabilidade académica: O caso da orientação científica. *Revista de Ética e Educação*, 11(1), 41–59. <https://doi.org/10.23925/ree.v11i1.31550>
- APA – American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). APA.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (2007). *Qualitative research for education: An introduction to theories and methods* (5th ed.). Pearson Education.
- Cardoso, H., & Ventura, M. (2022). Integridade académica e responsabilidade institucional. *Educação & Sociedade*, 43(159), 123–139. <https://doi.org/10.1590/ES.2022.43.159.08>

- Cardoso, S., & Ventura, C. (2022). Integridade acadêmica e políticas institucionais: Caminhos para uma cultura de excelência. *Revista de Educação Superior e Ciência*, 6(2), 115–134. <https://doi.org/10.20873/resc.v6i2.56102>
- Correia, M., Almeida, J., & Borges, T. (2019). Práticas de supervisão e aprendizagem autônoma. *Revista Ensino Superior em Debate*, 7(2), 101–118. <https://doi.org/10.26512/red.v7i2.23457>
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Costa, A. F., & Moreira, J. A. (2020). A qualidade da orientação acadêmica em instituições privadas de ensino superior. *Revista Lusófona de Educação*, 48(2), 77–95. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle48.06>
- Ferreira, M. A., & Paulo, C. F. (2021). Práticas docentes e orientação de TCC em instituições privadas: Entre o ideal e o real. *Cadernos de Educação e Formação*, 14(2), 58–74. <https://doi.org/10.23925/cedef.v14i2.43890>
- Ferreira, T., & Monteiro, R. (2017). Orientação acadêmica e ética na investigação científica. *Revista de Pedagogia Crítica*, 4(1), 87–98. <https://doi.org/10.21723/riaee.v4i1.1392>
- Freitas, M. T. A. (2018). Ética na educação superior: Desafios e propostas. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230045. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230045>
- Henriques, A. (2021). Supervisão, ética e qualidade na educação superior. *Humanidades & Educação Superior*, 5(1), 33–47. <https://doi.org/10.21620/2021.hqedusu.p.233>
- Lopes, D., & Tavares, M. (2019). Avaliadores, orientadores e o papel da supervisão institucional. *Educação e Avaliação*, 8(3), 97–112. <https://doi.org/10.22409/eap.v8i3.1671>
- Melo, S., & Andrade, F. (2022). Supervisão acadêmica no ensino superior privado: Limites e possibilidades. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 11(2), 33–50. <https://doi.org/10.29327/221820>
- Ndala, P. (2020). Orientações acadêmicas em universidades privadas de África Austral: Um estudo comparado. Universidade Eduardo Mondlane. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.14724.40329>
- Oliveira, I., & Figueiredo, L. (2016). O papel do orientador na formação investigativa dos estudantes. *Revista Educação em Foco*, 5(2), 55–72. https://doi.org/10.22350/rev_edufoco.v5i2.138
- Pinho, J., & Fernandes, A. (2023). Regulação e transparência na avaliação de TCCs em instituições privadas. *Revista de Educação Crítica*, 12(1), 44–61. <https://doi.org/10.35763/rcedu.v12n1.456>
- Santos, A., & Cruz, V. (2015). A função do orientador e os conflitos de interesse no ensino superior privado. *Revista de Educação e Políticas Públicas*, 3(1), 71–89. <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2015v3n1p71>
- Silva, P. C., & Fernandes, H. A. (2019). Mercantilização do ensino e seus impactos na produção científica. *Cadernos de Educação*, 58, 121–137. <https://doi.org/10.15210/caduc.v58i0.15754>
- UNESCO. (2022). Reforçar a qualidade do ensino superior em África. <https://unesdoc.unesco.org>
- WMA – World Medical Association. (2013). Declaração de Helsinquia: Princípios éticos para a investigação médica envolvendo seres humanos. <https://www.wma.net>